3204/2018.00014794 - APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: LUIZ FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS APELANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI ADVOGADO: ANDREA CARLA CINTRA ARAUJO GUEDES BARBOSA OAB/RJ-155684 APELADO: ISANILDE DOS REIS VALLADARES ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000004 **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CÍVEL.AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO.FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO.Controvérsia acerca da obrigação de fornecer o medicamento Lucentis (Ranibizumabe).Obrigação de fornecimento dos medicamentos constantes da Portaria nº2.982/2009, a qual não inclui o objeto da controvérsia.Medicamento expressamente excluído de incorporação no Sistema Único de Saúde por meio da Portaria 48/2012 da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.Tema 106 do Superior Tribunal de Justiça.Ressalte-se, por oportuno, que já foi o pedido de tutela de urgência apreciado pelo Juízo a quo, que ora se mantém ante o risco de cegueira. SUSPENSÃO DO PROCESSO, PREJUDICADO O JULGAMENTO DOS RECURSOS. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, SUSPENDEU-SE O PROCESSO, PREJUDICADO O JULGAMENTO DOS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR .

007. APELAÇÃO 0077858-53.2010.8.19.0002 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: NITERÓI CENTRAL DE DÍVIDA ATIVA Ação: 0077858-53.2010.8.19.0002 Protocolo: 3204/2018.00010664 - APELANTE: MUNICÍPIO DE NITERÓI ADVOGADO: PEDRO BURDMAN DA FONTOURA OAB/RJ-180834 APELADO: SEIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL.EXECUÇÃO FISCAL.IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA E TAXA DE COLETA IMOBILIÁRIA DE LIXO.Demanda ajuizada em 26/04/2010 com base em créditos constituídos em 01/01/2008.Despacho citatório eletrônico em bloco lançado no mesmo dia da distribuição descumprido.Sentença declara a prescrição da pretensão ao fundamento de mora da Fazenda Pública.O ato processual é de competência do Poder Judiciário e não foi delegado no convênio vigente à época.Hipótese de morosidade exclusiva da serventia, devendo ser cassada a sentença para correto processamento.PROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

008. APELAÇÃO 0029534-67.2013.8.19.0021 Assunto: Fixação / Alimentos / Família / DIREITO CIVIL Origem: DUQUE DE CAXIAS 3 VARA DE FAMÍLIA Ação: 0029534-67.2013.8.19.0021 Protocolo: 3204/2018.00010671 - APELANTE: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/DP-000001 APELADO: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

009. APELAÇÃO 0262124-76.2013.8.19.0001 Assunto: Inversão do Ônus / Provas / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 41 VARA CÍVEL Ação: 0262124-76.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00006603 - APELANTE: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL CASSI ADVOGADO: WALTER DEMIAN ROITMAN OAB/RJ-126923 APELADO: CARLOS ALBERTO VIEIRA MUNIZ APELADO: MARCIO VIEIRA MUNIZ APELADO: LUIZ FERNANDO VIEIRA MUNIZ ADVOGADO: TARCILA DEL REY CAMPANELLA (SP287261) **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL.AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA.CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE.Os Autores questionam reembolso parcial de despesas com internação e cirurgia em hospital não credenciado da Ré, afirmando que fazem jus ao reembolso total ante a possibilidade de livre escolha.Plano de saúde de autogestão oferecido apenas aos funcionários do Banco do Brasil, não havendo relação de consumo.Cláusulas contratuais que preveem a limitação de reembolso em caso de livre escolha que é considerada lícita.Ré que efetuou o reembolso das despesas dentro do que estabelece a Tabela Geral de Auxílios, o que não foi questionado pelos Autores.Ausência de exclusão de cobertura/reembolso para despesas com equipe em "stand by", cujo valor deverá ser reembolsado pela Ré.Reforma da sentença para condenar a Ré apenas no reembolso das despesas com honorários médicos de equipe em "stand by".Sucumbência recíproca.PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

010. APELAÇÃO 0024459-55.2015.8.19.0028 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: MACAÉ 2 VARA CÍVEL Ação: 0024459-55.2015.8.19.0028 Protocolo: 3204/2018.00019097 - APELANTE: MARIA DAS GRAÇAS FRANCO JOÃO ADVOGADO: CAMILA DA COSTA CORREA VAZ OAB/RJ-156230 ADVOGADO: MARIO CESAR DA SILVA BARROS JUNIOR OAB/RJ-154899 APELADO: JOAO FORTES ENGENHARIA S A APELADO: MACAÉ REALTY EMPREENDIMENTOS LTDA ADVOGADO: FÁBIO DE OLIVEIRA AZEVEDO OAB/RJ-098915 **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL.AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL.Demanda ajuizada em razão de alegado atraso na entrega de imóvel prometido vender.Documentos demonstram que a Autora foi imitada na posse do imóvel um ano antes do término do prazo contratual para a entrega, de modo que não existem danos morais ou lucros cessantes a serem indenizados.Cobrança de taxa de obra que somente é considerada ilícita após o término do prazo contratual para construção do imóvel, o que não é o caso dos autos. Manutenção da sentença de improcedência.DESPROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Preferências nºs 10 e 47 - Presente pelo Apelante o Dr. mario Cesar da Silva, OAB/RJ e o Dr. André Menezes Bittencourt, OAB/RJ 116802.

011. APELAÇÃO 0005914-15.2015.8.19.0002 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: NITERÓI 10 VARA CÍVEL Ação: 0005914-15.2015.8.19.0002 Protocolo: 3204/2017.00702457 - APELANTE: GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE ADVOGADO: NELSON WILIANS F. RODRIGUES OAB/SP-128341 APELANTE: JOSÉ TOUZA FEIJÓO (RECURSO ADESIVO) ADVOGADO: FÁBIO MORAES DE CARVALHO OAB/RJ-162456 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE** Ementa: APELAÇÕES CÍVEIS.AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE.Autor narra recusa da Ré em autorizar internação domiciliar.Condenação na obrigação de fazer e no dever de compensar danos morais.Indeferimento de perícia médica não configura cerceamento de defesa.Desnecessidade in casu em razão da existência de bojo probatório suficiente.Prescrição médica para acompanhamento por cuidadora.Não se trata de internação domiciliar e sim de assistência domiciliar.Previsão contratual expressa e redação clara de exclusão de assistência.Não se pode imputar à Ré obrigação que não decorre da lei ou do contrato.Tampouco a de indenizar danos morais que não provocou.Reforma da sentença com inversão dos ônus sucumbenciais.PROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ, PREJUDICANDO O JULGAMENTO DO AUTURAL. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso da ré, prejudicado o recurso autoral, nos termos do voto do Relator.

012. APELAÇÃO 0057633-81.2012.8.19.0021 Assunto: Seguro / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: DUQUE DE CAXIAS 6 VARA CÍVEL Ação: 0057633-81.2012.8.19.0021 Protocolo: 3204/2018.00004840 - APELANTE: RITA CÉLIA